

REMODELAR A CAPITAL CARIOCA E SUA GENTE: EDUCAÇÃO E PREVENÇÃO NOS ANOS 1920

José Cláudio Sooma Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

Irma Rizzini

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

Maria de Lourdes Silva

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil.



Resumo

A cidade do Rio de Janeiro, na década 1920, foi marcada pela implementação de certas ações de governo que almejavam empreender um entrelaçamento das dimensões preventivas, educacionais e correccionais com as iniciativas de reforma urbana. O artigo, incidindo o foco sobre a legislação educacional, regulamentação da assistência social, relatórios de chefes de polícia, ofícios remetidos pela Diretoria Geral de Instrução, periódicos e registros fotográficos, problematiza algumas das justificativas acionadas no período que sublinhavam as potenciais contribuições que a reconfiguração dos comportamentos, hábitos e condutas da população prestaria para a tentativa de disciplinamento e harmonização do traçado arquitetônico e seus usos sociais.

Palavras-chave: história da educação, escolarização primária, culturas escolares e urbanas, reforma da infância, polícia de costumes.

REMODELING THE CITY OF RIO DE JANEIRO AND ITS PEOPLE: EDUCATION AND PREVENTION 1920s

Abstract

The city of Rio de Janeiro was characterized, during the 1920s, by the implementation of some government actions that attempted to undertake an interlacing of the preventive, educational and correctional dimensions with the actions of urban improvement. The article, based on analysis of educational legislation, regulation of social assistance, reports of police chiefs, requests sent by the Diretoria Geral de Instrução, periodicals and photos, discusses some of the justifications that

were firmid during the period that aimed to emphasize the potentials contributions that the disciplining of the behavior of the population would contribute for the organization and harmonization of the architectural structure and its social uses.

Key-words: history of education, primary schooling, school cultures and urban cultures, reform of childhood, morality police.

REMODELAR LA CAPITAL CARIOCA Y SU GENTE: EDUCACIÓN Y PREVENCIÓN EN LA DÉCADA DE 1920

Resumen

La ciudad de Río de Janeiro en la década de 1920 estuvo marcada por la ejecución de ciertas acciones de gobierno destinadas a realizar una combinación entre las dimensiones preventivas, educativas y correccionales y las medidas de reforma urbana. El artículo, centrando las atenciones en la legislación educativa, en la regulación de la asistencia social, en los informes de los jefes de policía, en las cartas enviadas por la Diretoria Geral de Instrução, revistas y fotografías, problematiza algunas de las justificaciones construidas en la época que destacaban la contribución que la reconfiguración de los comportamientos, hábitos y costumbres de la población proporcionaría para el esfuerzo de disciplinar y armonizar el diseño arquitectónico de la ciudad y sus usos sociales.

Palabras-clave: historia de la educación, escolarización de la educación primaria, culturas escolares y urbanas, reforma de la infancia, policía de costumbres.

REMODELER LA CAPITALE CARIOCA ET LEUR POPULATION: L'ÉDUCATION ET PRÉVENTION DANS LES ANNÉES 1920

Résumé

Dans les années 1920, la ville de Rio de Janeiro, a été marquée par la mise en œuvre de certaines actions du gouvernement que voulait entreprendre un entrelacement des dimensions préventives, éducatives et correctives avec les initiatives de réforme urbaine. L'article, en mettant l'accent sur législation éducative, la réglementation de l'assistance sociale, rapports des chefs de police, documents de la Direction Générale de L'instruction, périodiques et documents photographiques, problématise certaines justifications déclenchées dans la période que souligne les contributions potentielles que la reconfiguration des comportements, habitudes et le conduites de la population était de tenter la discipline et l'harmonisation de traçage architecturale et de ses usages sociaux.

Mots-clé: histoire de l'éducation, enseignement primaire, école et cultures urbaines, réforme de l'enfance, police des coutumes.



cidade e seus usos sociais: desafios e investimentos

No decurso da década de 1920 intensificou-se concepção de que reformar o traçado arquitetônico da cidade do Rio de Janeiro implicaria, também, uma remodelação das formas de sociabilidade da população (Stuckenbruck, 1996). Sob a lógica de prestigiar os estudos e o planejamento global antes de se chegar, propriamente, aos trabalhos das pás e picaretas, era patente que não havia a possibilidade de converter, a um só tempo, toda a capital em um canteiro de obras.

Por outras palavras, o desafio consistia em uma tentativa de imprimir organicidade, harmonização e disciplina a partir das características que marcavam o cotidiano. E, mais ainda, as iniciativas de remodelação empreendidas no presente deveriam acarretar, de algum modo, benefícios para o desenvolvimento futuro da sociedade (Reis, 1977).

Por características que marcavam o cotidiano, afora os elementos da natureza, enquadramento plástico, atmosfera litorânea, floresta, acidentes geográficos, etc., devem-se compreender também as subversões, incoerências e os desarranjos urbanos concernentes às formas da população interagir com os espaços e tempos sociais.

Sobre esse aspecto, porque “mesmo as áreas reformadas, as modernas e arejadas avenidas e praças eram ladeadas por ruas centenárias estreitas e irregulares e escuros becos sem saída” (Caulfield, 2000, p. 131), pode-se indiciar que a própria tentativa de instauração de uma “cidade nova” dentro da “cidade velha” (Sevcenko, 1984, p. 67) concorreu para que a capital se transformasse em palco para encenações diárias de teatros da modernidade, cujas tramas, enredos, protagonismos, eventualidades, desfechos passavam a estar sob as interferências de uma lógica circunstancial de acontecimentos: o viver urbano.

Algo, portanto, que relacionado aos fazeres com e às inventividades do dia a dia, acabava por reforçar a distância que separava as idealizações enfatizadas pelas intervenções reformistas implantadas no decurso das duas primeiras décadas do século 20 dos usos sociais empreendidos pelos cariocas.

No tocante aos teatros da modernidade, torna-se interessante projetar luzes para as apropriações das ruas e avenidas aformoseadas por parte de moços desocupados. Em plena semana de comemorações do centenário da independência, com a chegada de uma legião de estrangeiros, o jornal *A Noite* expressou o incômodo das “pessoas gradas” com a “pasmaceira e ociosidade” dos ocupantes das ruas:

Dizemos isto porque, no nosso entender, não quadra com a beleza e progresso da nossa capital esse costume muito de arraial, que mantemos em plena avenida Rio Branco, com uma legião de figurinos e moços desocupados que ocupam um terço da calçada, horas a fio, de pé como postes e lampiões a ver os que passam, jogando aqui um olhar amelaçado, ali fazendo trejeitos e além proferindo ditinhos e galanteios, que sendo sempre, intempestivos e injustificáveis, são muitas vezes também, menos respeitosos! (Écos e novidades, *A noite*, 5 de setembro de 1922)

Mas, porque o protagonismo dessas encenações cotidianas encontrava-se sujeitado por uma lógica circunstancial de acontecimentos, para além dos moços desocupados, com seus trejeitos, ditinhos e galanteios, outras presenças eram constatadas em meio

àqueles freqüentadores do Teatro Municipal, da Biblioteca Nacional, da Escola de Belas Artes e outras regiões remodeladas da cidade.

Imagem 1

Teatro Municipal (1909), fotógrafo: Marc Ferrez.



Por exemplo, os meninos maltrapilhos e esfaimados que, juntos, colaboravam para a configuração de novas adjetivações à Avenida Rio Branco. Inaugurada em 15 de novembro de 1905, esta intervenção urbanística fora projetada para se tornar o grande palco da modernidade carioca (Rocha, 1986). Entretanto, como denunciava a *Gazeta de Notícias*, seus passeios estavam se convertendo em “jardins da infância delinquente”:

Meninos da mais tenra idade, os excedentes, a lotação dos corredores e batentes das oficinas de jornais, dormitam maltrapilhos, esfaimados, pelos recantos dos passeios, em maior número na vizinhança mesmo do Municipal, bem ali na Biblioteca ou na Escola de Belas Artes, no coração da Avenida Rio Branco. (O Rio, jardim da infância delinquente! Centenas de meninos entregues à mendicância e ao crime. (*Gazeta de Notícias*, 12 de julho de 1920)

Não se tratava, contudo, de uma cidade rigidamente recortada entre “as pessoas gradas”, de um lado, e, no oposto, os “moços desocupados” e “meninos esfaimados”. Isso porque uma parte importante das atividades ilícitas não prescindia do envolvimento de distintos sujeitos tacitamente acumpliciados, tampouco era sinônimo de ameaça ou ofensa à integridade física ou ao patrimônio.

Crimes como prostituição, jogos de azar, comércio ilícito de drogas, assim como o uso imoderado de bebidas alcoólicas constituíam atividades que alimentavam e qualificavam o lazer ou divertimento de uma parcela dos abastados que amiúde trafegavam intrépidos entre as avenidas e becos em busca dos prazeres auferidos pelas contravenções¹.

Às ruas iam os que procuravam suas ofertas, transeuntes interessados, informados, orientados. Na mesma medida, nas ruas não se postavam apenas os desocupados, vez por outra também ocupados nas contravenções, mas os contraventores de ofício como os cafténs, apontadores do jogo do bicho, prostitutas, vendedores de substâncias entorpecentes que encontravam nos espaços públicos seus locais de trabalho. Tais circunstâncias podem ser indiciadas na notícia publicada no *Jornal do Commercio*:

Vendendo cocaína

Dous agentes da inspeccoria de investigação e segurança, prenderam hontem em uma pharmacia, da rua Buenos Aires, onde, depois de perseguido, se occultara, Aldo Cardoso de Almeida, conhecido vendedor ambulante de cocaína. Levado para a delegacia do 3º districto, onde foi autoado, por lhe terem encontrado no bolso tres vidrinhos de cocaína, o acusado disse ser portuguez, ter 28 annos e morar na Rua Amália n. 16. (17 de setembro de 1921).

Esses prazeres se amalgamavam com destreza aos apelos da modernidade na vida cosmopolita da capital nos anos 1920. A prostituição, por sua vez, recebeu inventário médico-sanitarista preocupado em esquadrihar minuciosamente hábitos, gostos, doenças, procedência social, índole, idade e etnia das perdidas. Embora não fosse crime, a prostituição era concebida como um vício social, cuja recomendação médica era a clausura para fins de evitar o seu alastramento (Rago, 1997; Bretas, 1997).

Recomendada a circunscrição pelos médicos, a polícia esforçava-se por definir seus espaços na cidade. Confinava-se, assim, o lenocínio às áreas de menor movimento fechando prostíbulos e bordéis que funcionavam fora desses limites (Bretas, 1997). O mesmo sonho visionário que trazia o palpíte da aposta no jogo diário alimentava a fortuna do enriquecimento sem trabalho.

Nesse quadro, tornavam-se cada vez mais tênues as fronteiras que apartavam o idílico do real, na medida em que o consumo de entorpecentes alentava desvarios acerca

¹ A Lapa é um caso, a esse respeito, bastante instigante. Localizado relativamente próximo à Avenida Rio Branco, o bairro sucessivamente foi incluído nas práticas de remodelação empreendidas na capital. Conquanto se possa contabilizar um grande número de moradias que foi arrasado por tais iniciativas governamentais, a Lapa continuava na década de 1920 com as suas características centradas na boêmia, na sensualidade, na musicalidade e malandragem. Por outros termos, “o bairro representava a identidade sensual do Rio de Janeiro”, e era para lá que rumavam muitos intelectuais, artistas e políticos importantes, em busca de comida, samba, jogatina, bebida e companhias de garçonetes e prostitutas (Caulfield, 2000, p. 136).

do que era possível à modernidade. Era para forçar essas fronteiras, arrastando-as para mais além, que se pode entender a modernização tecnológica em meio ao crescente consumo de substâncias psicoativas concretizando-se em delírios como a fotografia, o cinematógrafo, a roda gigante, o avião, o elevador.

O conforto da vida moderna vinha atrelado ao reconhecimento do ilimitado da vida subjetiva, onde sonho e realidade confluíam fazendo possível à ciência transmutar devaneios em experiências inteligíveis e partilháveis. No seu todo, esse espírito da época era tão desejável quanto temível e o paradoxo que permeava esta circunstância poderia, no limite, invalidá-la na medida em que não fosse possível conter e, mesmo, direcionar as subjetividades.

Para tanto, fazia-se necessário instituir formas de intervenção eficazes e hábeis o bastante para, conquanto sem renegar os apelos da modernidade, buscassem formas de inculcar e multiplicar formas adequadas de usufruí-los. Desta feita, tecnologias para ordenar o espírito e moldar subjetividades é o que vamos encontrar nos procedimentos das reformas urbanísticas e em todo o aparato de organização da cidade e de seus habitantes.

Para combater os crimes de contravenção, por exemplo, a polícia militar desenvolveu a polícia de costumes amparada pelos padrões morais aceitos às exigências e necessidades sociais. Embora essas contravenções fossem, somadas à mendicância, as mais recorrentes na linha de ação desta polícia, somente eram alvos da ação policial os prestadores destes serviços, raramente seus usuários ou fregueses².

De modo geral, se o criminoso ocupasse posição social elevada, recebia tratamento diferente, inclusive com minimização do delito cometido, muitas vezes caracterizado como contravenção em seu benefício (Bretas, 1997). Por outro lado, os crimes de contravenção e seus autores eram considerados antes “produto[s] dos esforços policiais, ajusta[ndo]-se mais claramente à imagem do criminoso temido pelos leitores de jornais e pela elite” (Idem, p. 86). Aqui, alguns aspectos da prática cotidiana dessa polícia que tinha por alvo vigiar e corrigir costumes dos cidadãos ofensivos à moral e à ordem públicas.

Ainda no que tange aos esforços empreendidos pela polícia para controlar a população, convém iluminar as questões relacionadas à embriaguez pública. Condenada desde os tempos do Império, nos anos 1920, fora desvencilhada dos estados de entorpecimento provocados pelas demais substâncias psicoativas. Nesse sentido, como contravenção, permaneceu como uma questão da polícia de costumes; ao passo que as

² O decreto n. 4.294, de 7 de junho 1921, que instituiu a primeira lei de drogas, proibia a venda de entorpecentes sem receita médica. Contudo, as farmácias e drogarias permaneceram comercializando para quem as possuísse, assim como os médicos continuaram a prescrevê-las (Silva, 2009).

outras substâncias psicoativas foram criminalizadas estando, portanto, sob a alçada da polícia regular.

Destarte, a embriaguez que provocasse perturbação da ordem pública e/ou ameaça à segurança própria ou alheia implicaria multa, reclusão punitiva e internação compulsória, embora o comércio de bebidas alcoólicas não fosse criminalizado. Essa especialização do aparato policial aponta para o esforço empreendido por esta agência para controlar os comportamentos de homens e mulheres que, de todo modo, prosseguiam à solta pela cidade, inacessíveis.

Em seu conjunto, essas práticas foram tomadas como manifestações atávicas, expressões da degenerescência do povo, sintomas de patologias morais em larga escala responsáveis pelo despreço da cidade, da nação e sobre as quais as reformas, urbanas e sociais, deveriam incidir.

O recurso à ostensiva vigília que se procurou imprimir às condutas policiais ao conjunto da população implicava orientação preventiva e profilática, antes que corretiva, na racionalidade segundo a qual o cachimbo que deixa a boca torta poderia ser substituído pela presença imperiosa, e contumaz, de ações virtuosas, consubstanciadas na figura do agente policial.

Todavia, em que se pesem esses esforços de fiscalização e policiamento, os moços desocupados, meninos maltrapilhos e esfaimados, viciados e contraventores de toda sorte, constituindo-se como variações sobre um mesmo tema, passavam a caracterizar a sociedade do período, de modo cada vez mais contundente.

A alusão é para o elevado número de “errantes da modernidade carioca” que, de certo modo, reempregando as “armas do inimigo” aproveitava-se para construir formas alternativas para a sua sobrevivência (Menezes, 1996, p. 90). Isto é, com muita freqüência, eram as próprias aglomerações propiciadas pelas aberturas e alargamentos das avenidas e ruas; pelas inaugurações de espaços de divertimentos que serviam de estímulo à prática dos atos concebidos como ilícitos.

Afinal, era justamente em razão desses acontecimentos que um maior número de vítimas e clientes potenciais passava a usufruir e se expor pelos arredores do luxuoso centro e outras áreas remodeladas, aos olhos dos errantes cariocas. Nesse movimento, o acentuado número de crimes, contravenções e delitos fazia com que o clamor por medidas mais severas de coibição e intimidação aumentasse:

O noticiário policial dos jornais vai crescendo assustadoramente. Concorrem, com a maior soma de matérias os casos de furto e roubo que se praticam a todas as horas e em todos os pontos da cidade, ainda os

mais centrais [...]. Não é possível que o Rio continue a ser o paraíso dos ladrões. (A capital e os ladrões, *Jornal do Brasil*, 14 de maio 1927)

No entanto, como refletiu Flora Süssekind (1986), “Trapaceiros, policiais ineficientes, ladrões de ocasião e tumultos eram apenas parte dos problemas” (p. 36), havia mais:

A própria cidade, com sua movimentação elétrica, ajuda[va] a desnortear qualquer um que não tivesse incorporado o mesmo ritmo. [...]. Quem tivesse em mente uma antiga imagem do Rio, sobretudo da década de 80 [1880] do século passado em diante, se via obrigado a substituí-la quase que mensalmente. (Idem, p. 36)

Com efeito, a sensação no período era de que as instâncias governamentais estavam perdendo (ou, para os mais pessimistas, já teriam perdido) as rédeas do processo de modernização. Modificara-se tanto o cotidiano que já não mais se estava conseguindo controlá-lo.

Todo o tumulto, a desorientação e os “muitos riscos, graças à ação de gatunos e ladrões” (Menezes, 1996, p. 131), acreditamos, tornam-se sugestivos, enquanto indícios, para que se possa melhor compreender alguns dos fatores que contribuíram para a articulação de novos repertórios de ações de governo, sobretudo, interessados em instituir formas funcionais, harmônicas e disciplinadas de sociabilidade na cidade.

Remodelando os hábitos: instrução pública, assistência/justiça de menores e polícia

Acompanhando a expectativa, nos anos 1920, de imprimir à capital a funcionalidade, harmonia e disciplina que lhe faltavam, destacaram-se alguns investimentos que tencionavam engendrar interferências nos modos de ser, pensar e agir dos habitantes. Em comum, enfatizavam tanto a importância dos estudos e prospecções para o conjunto dos componentes arquitetônicos e elementos da geografia natural quanto a imprescindibilidade da remodelação dos hábitos e tradições dos cariocas como estratégia indeclinável para equacionar, ou ao menos atenuar, muitas das incoerências e desarranjos citadinos.

Passado, presente e futuro se entrelaçavam na miríade de ações dos mais diversos setores do poder público. Alijar da cidade sua antiga feição colonial por meio de interferências imediatas, visando um futuro idílico, permeou as ações da instrução pública, da assistência, da justiça e da polícia. Intervenções estas nem sempre de cunho repressivo, como as que caracterizavam o recolhimento de crianças nas ruas, a detenção dos delinquentes ou algumas das operações da polícia de costumes.

As ações preventivas, de caráter pedagógico, tornaram-se a tônica do período, abrangendo uma ampla ramificação de medidas dirigidas às mais diversas categorizações da infância: escolares, aprendizes, abandonados, órfãos, vagabundos, vadios, delinquentes, dentre uma gama de denominações empregadas na produção documental e literária da época.

Um exemplo desse elo temporal consistiu na proposta apresentada ao prefeito Carlos Sampaio por um grupo de arquitetos empenhados em garantir a continuidade da modernização. O preparo dos escolares para futuramente contribuírem para a correção da fisionomia urbana e o fomento do progresso arquitetônico pareceu proposta pertinente a uma comissão de arquitetos e à redação do jornal *A Noite*, ao noticiar que:

O Sr. prefeito recebeu hoje [...] um memorial suggerindo o ensino artistico de desenho nas escolas primarias e secundarias, como meio de encaminhar as correções que futuramente terão de ser feitas na physionomia urbana, e fomentar o progresso architectonico nesta capital. (Fomentando o progresso architectonico da cidade, *A Noite*, 4 de setembro de 1922).

O ensino de desenho, corriqueiro nos institutos de ensino profissional, assumiria não apenas uma feição profissionalizante, mas, principalmente, formaria uma nova sensibilidade e senso estético para o reconhecimento e a valorização do belo.

Embora a harmonização, organicidade e disciplinamento do ambiente urbano demandassem ainda certo tempo para ser efetivados, a aposta incidia em que a incorporação de diferentes códigos de conduta e regras de sociabilidade já fosse, o quanto antes, pulverizada pelo cotidiano. Para tanto, sob a tentativa de controlar os aludidos errantes da modernidade, de início, convém destacar as intervenções, cada vez mais acintosas e organizadas da polícia.

Com atribuição elástica, as iniciativas de policiamento cuidavam não somente de recalcar infrações ou encaminhar as concretizadas às medidas punitivas cabíveis, mas através de uma vigilância intensa e ininterrupta da população efetivar o projeto de infundir preventivamente novos hábitos e costumes. Algo, portanto, que alude ao caráter pedagógico das ações policiais do período, posto que as mesmas pretendiam, ao fim e ao cabo, prescrever e difundir um conjunto de comportamentos que, estrategicamente, deveria ser percebido como adequado ou desviante frente às necessidades e exigências sociais (Menezes, 1996).

No que diz respeito a esse caráter pedagógico, e considerando os modos múltiplos de manifestação da ação policial na cidade, chamamos atenção para a clareza do entendimento dos dirigentes de algumas instituições quanto à dimensão

preventiva/educacional/correcional de seus procedimentos. Procurando gerir os habitantes daquele presente que, por algum motivo, não eram alcançados pela ação da escola, a polícia de costumes empregava enormes esforços para modelar os diversos espaços por onde, com alguma freqüência, circulavam.

Destacamos, a título de exemplo, o decreto n. 16.590, de 1924, que estabelecia a censura das casas de diversão públicas que “funciona[vam] sob as ordens directas do chefe de polícia” (Relatório de 1927, p. 82) visando coibir excessos nos ambientes de lazer e entretenimento. A respeito deste decreto, o chefe de polícia afirmava:

A nova regulamentação do serviço, que muito interessa á moral publica e a própria educação popular, veio torna-la mais efficiente, uniformizando-o e dando-lhe um caráter de estabilidade com a criação do registro de pelliculas e peças theatraes, escripturação regular de todo o movimento da censura, fiscalização dos programmas exhibidos nas casas de diversões e permanente vigilância para os espectaculos públicos não incluam números offensivos á moral ou a corporações, personalidades, instituições, classes sociais e nações estrangeiras. (Relatório do Chefe de Polícia da Capital Federal, 1927, p. 83)

Uma ação educativa sem trégua é o que mobilizava, particularmente, a polícia de costumes. Atuava no regime de prescrever e observar, não somente, os modos da população como, também, o conjunto de valores e representações em circulação na cidade. Isso guardava relação de proximidade com a situação político-social da cidade no tocante à ordem e à segurança públicas naqueles agitados dias. Acerca dessa questão, convém destacar o que asseverava o chefe de polícia:

O estado de sítio em julho de 1924 colocou a polícia civil [como baluarte] da defesa da legalidade e das instituições para evitar motins. Então, ficaram suspensas as garantias constitucionais por causa da necessidade de defender o princípio de autoridade, rudemente ameaçado. (Relatório do Chefe de Polícia da Capital Federal, 1927, p. 82)

Tratava-se de uma ordem de problemas que colocava em perspectiva as diferentes formas da população estar na cidade. Sempre tutelada, acompanhada e dirigida, em maior ou menor escala, por instâncias reguladoras como a policial, a escolar, a arquetônica ou a assistência social e a justiça, por exemplo.

No que condiz às preocupações governamentais com as formas da população estar na cidade, e praticá-la, igualmente os referidos problemas em relação, especificamente, aos integrantes dos jardins da infância delinquente ou às crianças, como um todo, foram alvos de grandes atenções. Como analisou Clarice Nunes (1994), “havia uma cultura urbana em processo acelerado de transformação a ser decifrada e cabia à escola ensinar hábitos” (p. 197), num primeiro momento, às crianças.

Contudo, por meio de desfiles, excursões, festividades, demonstrações de exercícios de ginástica, prescrições cotidianas de medidas de higiene, a expectativa era de que esses ensinamentos alcançassem os familiares, as comunidades, enfim, a população³.

Sob a perspectiva de decifração da cultura urbana e ensinamento de hábitos, podem-se compreender alguns dos motivos que contribuíram para uma resignificação dos debates que, de modo contundente, apregoavam os protagonismos que deveriam ser assumidos pelos cuidados educacionais das crianças no período. Neste aspecto particular, como nos convida a pensar Clarice Nunes (1994), se parece coerente a ponderação de que “a cidade invadiu a escola”, não menos pertinente é a afirmação de que a cidade “foi impregnada pelo papel disciplinador da instituição escolar” (Idem, p. 201).

Quer isso dizer que aludir à resignificação dos debates sobre a educação das crianças na capital não implica, apenas, abordar fatores extrínsecos ou particularidades intrínsecas aos estabelecimentos de ensino. Antes, mergulhar no caráter histórico das experiências educacionais do período figura um exercício investigativo interessado em aclarar as apropriações que as instituições educativas efetivaram e as modificações que produziram nas necessidades e exigências sociais.

Dentre essas modificações, cumpre destacar a conformação dos antigos e a gestação de novos espaços educacionais para abrigar e educar aquelas crianças que, escapando aos bancos escolares, freqüentavam os jardins da infância delinqüente. Inserem-se neste inventário da educação primária da década de 1920 as instituições asilares destinadas aos desvalidos da cidade, onde a instrução elementar e o treinamento para o trabalho se coadjuvavam no propósito de organizar o presente carioca, inclusive com sugestões para o desenvolvimento futuro.

Recebendo diversas denominações que remetiam aos sentidos de abrigar (casa, asilo) e educar (escola, instituto), é possível articular estas instituições criadas no bojo das políticas de assistência à política de instrução pública a partir dos entrelaçamentos com o viver urbano e sua gente.

Tais preocupações concernentes aos desvalidos concorreram para a implementação de programas que atingiram de forma mais contundente parcelas importantes da infância que habitavam os cortiços, os morros, os casebres e que, sem cerimônia, ocupavam as ruas, avenidas, praças e outros espaços sociais.

³ Para uma visão detalhada destas questões, consultar: Sooma Silva, 2009.

Nesse movimento, no decurso dos anos 1920, várias medidas governamentais incidiram diretamente sobre a vida dessas crianças e de suas famílias, almejando educar, harmonizar e inscrever a mística dos novos tempos em seus comportamentos e hábitos. Com isto, esperava-se diminuir, controlar e, mesmo, afastar os perigos encarnados em seus corpos.

Acerca das medidas governamentais, digna de friso foi aquela que pretendeu promover a organização da assistência à infância na capital: Lei Orçamentária Federal n. 4.242, de 5/1/1921, que criava o Serviço de Assistência e Proteção à Infância Abandonada e Delinquente.

A implementação deste serviço consistiu na fundação de duas novas instituições para menores, na ampliação da Escola 15 de Novembro e na nomeação de um “juiz de direito privativo de menores”. A lei determinou, ainda, a criação de um abrigo para o recolhimento provisório de menores de ambos os sexos e uma casa de preservação para menores do sexo feminino. Anexos à Escola 15 de Novembro, seriam construídos dois pavilhões para menores abandonados e delinquentes, visando à sua “modesta educação literária e completa educação profissional” (lei n. 4.242, 1921, art. 3º).⁴

Em 20 de dezembro de 1923, a lei foi regulamentada pelo decreto n. 16.272, que “aprova o regulamento da assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes”. Nas “disposições referentes ao Distrito Federal” foram tomadas algumas iniciativas, constituindo-se um serviço de assistência aparelhado para atuar, desde a apreensão de crianças nas ruas, passando pela fiscalização dos estabelecimentos, até as visitas às famílias.

A definição de abandono no regulamento da assistência (decreto n. 16.272, de 1923) era extensa e encobria, na verdade, uma tentativa de regulamentar a educação dos filhos das famílias pobres, já que se referia basicamente a situações vividas pelos mesmos, tais como: não ter habitação certa; não contar com meios de subsistência; estar empregado em ocupações proibidas ou contrárias à moral e aos bons costumes; vagar pelas ruas ou mendigar etc. (Op. cit., art. 2º).

O Código de Menores de 1927⁵, ao consolidar as leis de assistência e proteção aos menores, criadas até então, corroborou a associação entre pobreza dos pais e abandono dos filhos, intensificando os dispositivos de tutela do Estado sobre os filhos dos miseráveis. Idealizado por Mello Mattos, primeiro juiz de menores do país, ancorou-se na movimentação legislativa e nas experiências de intervenção sobre essa população das

⁴ A respeito, ver Rizzini (2004).

⁵ Decreto n. 17.943A de 12/10/1927, “consolida as leis de assistência e proteção aos menores”.

décadas anteriores, a saber: recolhimento, investigações, encaminhamentos, abrigo, instrução elementar, treinamento para o trabalho.

O Juízo de Menores, na pessoa de Mello Mattos, estruturou um modelo de atuação calcado na centralização do atendimento oficial ao menor no Distrito Federal, fosse ele recolhido nas ruas ou levado pela família. O Juízo tinha diversas funções relativas à vigilância, regulamentação e intervenção direta sobre esta parcela da população, mas foi a internação de menores abandonados e delinquentes, que atraiu a atenção da imprensa carioca, abrindo espaço para várias matérias em sua defesa, o que, sem dúvida, contribuiu para a disseminação e aceitação do modelo.

Pela crescente demanda por internações desde a primeira fase do Juízo, percebe-se que a temática popularizou-se, também, entre os chamados populares, tornando-se uma alternativa de cuidados e educação para os pobres, particularmente para as famílias constituídas de mães e filhos.

O Juízo consolidou um modelo de classificação e intervenção sobre o menor, herdado da ação policial, que através das delegacias, identificava, encaminhava, transferia e desligava das instituições aqueles designados como menores (Vianna, 1999). Os juizados vieram a estruturar, ampliar e aprimorar o modelo, construindo e reformando estabelecimentos de internação. A instalação de colônias correccionais para adultos e menores, no início do século 20, foi posteriormente, seguida por ações que tentaram abortar o ranço policialesco entranhado na assistência, levando à criação de escolas de reforma especiais para menores a partir dos anos 1920.

A escola de reforma foi uma invenção deste período, possivelmente inspirada nas novas tendências da justiça de menores dos países ocidentais. Fundamentadas pelas idéias de recuperação do chamado menor delinquente, tais instituições passaram a integrar as políticas de segurança e assistência dos estados nacionais.

A implementação deste aparato policial, jurídico, assistencial e educativo não foi nada casual. Pelo contrário, afigurava-se como mais uma tentativa de controlar os usos sociais desviantes, contumazmente, concretizados por adultos e crianças que, se por um lado, distanciavam-se do que fora idealizado pelos projetos de remodelação da cidade. Por outro, e em concomitância, evidenciavam os cada vez maiores entrelaçamentos da cidade com as instituições educativas.

Cidade e escolas: entrelaçamentos

Cidade e instituições educativas se entrelaçam: seus sentidos e objetivos se unem no propósito de remodelação da vida da/na cidade. Não obstante o aparente consenso,

os conflitos são evidenciados com as mútuas interferências, nem sempre as desejadas. A respeito da impregnação da vida cotidiana da cidade sobre a vida escolar, é oportuno acompanhar algumas das mensagens e solicitações que, cotidianamente, foram enviadas pela Diretoria Geral de Instrução Pública ao longo dos anos 1920⁶.

Nelas, podem-se espreitar alguns aspectos que estiveram envolvidos na invasão das circunstâncias citadinas sobre os tempos e espaços educacionais e na impregnação destes sobre a cidade:

[1] Exmo. Sr. Dr. Delegado do 14º Distrito Policial

Solicito vossas providências para que seja com solicitude vigiado o prédio da praça 11 de Junho, onde funcionam as escolas Benjamin Constant e Bernardo de Vasconcellos, freqüentadas por cerca de 2.000 crianças, a maior parte do sexo feminino, em cujas imediações permanecem garotos e indivíduos desocupados e de má educação que, do gradil que fecha o terreno do edifício, proferem palavras de baixo calão e obscenas, que são ouvidas pelas professoras e alunos das classes [...]. (O Diretor Geral⁷, 09 de outubro de 1920); (AGCRJ); código: 34-3-15.

[2] Sr. Dr. Desembargador Chefe de Polícia do Distrito Federal

Solicito vossas enérgicas providências no sentido de cessar a permanência de homens e crianças defronte ao prédio onde funciona a Escola Olavo Bilac, à rua S. Luiz 38, que, com ditos imorais e apedrejamento nas janelas e salas de aulas, perturbam a marcha do serviço e causam temor às crianças e docentes que a freqüentam. (O Diretor Geral⁸, 05 de abril de 1922); (AGCRJ); código: 34-4-2.

[3] Sr. Prefeito

Solicito-vos ordeneis à Diretoria de Obras que sejam feitas as seguintes obras no prédio onde funciona a Escola Floriano Peixoto: fechamento do terreno, nos fundos, na garantia da escola contra ladrões. (O Diretor Geral⁹, 24 abr. 1922); (AGCRJ); código: 34-4-2)

Como se constata pela leitura, as três citações mencionam o problema das invasões da cidade sobre a escola e solicitam medidas para aumentar a segurança dos edifícios escolares. Em conjunto, essas mensagens selecionadas dentre as várias que concentraram atenções nos problemas de roubo, furto, apedrejamentos de janelas, invasões de prédios, enfim, nos usos sociais desviantes protagonizados por adultos e menores no período contribuem para se pensar que os denominados errantes da modernidade também produziam interferências nos espaços e tempos escolares.

Se as luzes foram direcionadas, no período, de forma mais constante, inclusive com a elaboração do decreto de 1923 e o Código de Menores de 1927, para a intervenção educacional e correcional, concebida como um mecanismo que, ao impregnar os tempos

⁶ Sobre a notificação de roubos, invasões e apedrejamentos às escolas nos anos 1920, ver Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ); códigos: 34-3-15; 34-3-19; 34-4-2; 35-1-1; 35-1-2; 35-1-4; 35-1-5; 35-1-8; 35-1-9.

⁷ Ernesto Nascimento Silva.

⁸ Ernesto Nascimento Silva.

⁹ Ernesto Nascimento Silva.

e espaços citadinos, contribuiria para a remodelação dos hábitos e comportamentos da população, isso significava, do mesmo modo, que os estabelecimentos de ensino estariam, a partir de então, em contato muito mais efetivo com as incoerências e desarranjos cotidianos.

Nesse movimento, no caso das escolas primárias, conquanto uma parcela significativa nos anos 1920 funcionasse em casas alugadas, “a maior parte em péssimo estado de conservação e algumas mesmo, em ruína” (Azevedo, 1958, p. 58-59)¹⁰, o contato mais efetivo com as incoerências e desarranjos cotidianos abriria margem, também, para a probabilidade de aqueles poucos edifícios escolares que apresentassem características arquitetônicas e pedagógicas em grau de deficiência menor passarem a ser alvo das ações de “ladrões” e “garotos e indivíduos desocupados”.

Ao menos, esse parece ter sido o caso que motivou a Diretoria de Instrução a encaminhar a mensagem ao Prefeito, solicitando medidas de segurança para a Escola Floriano Peixoto (como se pode ler na citação 3).

Imagem 2

Escola Floriano Peixoto, São Cristóvão (1922).



Fonte: Acervo do Centro de Referência de Educação Pública (RJ).

¹⁰ Em 1924, dos 231 prédios escolares de ensino primário, 75 eram próprios municipais e 156, casas de aluguel (Cf. Paulilo, 2001, p. 45). Essa situação pouco se transformou no início de 1928: dos 236 prédios escolares existentes, 89 eram próprios municipais e 147, de aluguel (Azevedo, 1958, p. 58).

Embora não se devam desconsiderar as interferências da angulação privilegiada pelo fotógrafo ao compor esse registro, a simetria na distribuição das edificações pelo terreno, as fachadas, os espaços de circulação, os dispositivos de ventilação e entrada de luminosidade apontam que a harmonização e funcionalidade encontravam-se presentes quando da construção. Desse modo, às possíveis orientações pedagógicas e higiênicas devem ser acrescidas aquelas relacionadas à estética no que toca ao desenho arquitetônico dessa escola.

Ainda que se constate a presença de grades no edifício (dispositivos de demarcação dos limites e proteção da construção e/ou estratégias de segurança e disciplinamento dos escolares), talvez justamente essas características (harmonia, funcionalidade e estética) do desenho arquitetônico funcionassem como chamarizes para as atenções daqueles que intentavam encontrar brechas para concretizar as suas subversões: os errantes da modernidade.

Nesse aspecto específico, pelas mensagens citadas anteriormente e o grande número de outras insistindo na necessidade de se tomarem providências contra os tentados às edificações (Sooma Silva, 2009), presume-se que as escolas, porque impregnadas pela cidade, tornavam-se, cada vez mais, alvos para as investidas e invasões de “ladrões, garotos e indivíduos desocupados”.

Para que seja possível dimensionar melhor o que esteve envolvido nessa invasão da cidade e impregnação das escolas, torna-se interessante atentar como, gradativamente, as características do ambiente urbano interferiam nas concepções educacionais e estas na veiculação de estratégias para a harmonização e disciplinamento do cotidiano social.

Tais dimensões podem ser perscrutadas, também, ao direcionar as atenções para alguns artigos colocados em circulação no período, por exemplo, o que foi publicado pela revista *A Educação*:

O congestionamento da cidade acarreta uma desorganização social de tal monta que leva os homens a lançar mão dos recursos os mais variados e às vezes os mais desonestos para viver. [...] Só uma cultura educacional que dê a todos um meio honesto de vida poderá pôr um paradeiro a tão grande despropósito. [...] A escola deve ser essencialmente ativa, experimental, prática, utilitária e produtiva, de processo gradual, intensivo e progressivo, de fim higiênico, moral, cívico e social. (Deodata de Moraes, 1925, p. 492)

Primeiramente, faz-se necessário sublinhar algumas questões relacionadas ao impresso e ao seu autor. *A Educação* se autointitulava uma “revista dedicada à defesa da instrução no Brasil” e teve como diretor, em 1925, um dos responsáveis pela fundação da

Associação Brasileira de Educação (ABE), Heitor Lyra da Silva¹¹, circunstância que talvez tenha concorrido para que nesse mesmo ano fosse dedicado um volume (X, números 5, 6, 7 e 8) à ABE.

Por suas páginas desfilavam artigos de educadores, médicos, professores. Portanto, constituía-se como veículo que, ao colocar em circulação certo número de representações referentes ao ensino primário e à sociedade carioca, contribuía também para o fomento de outras tantas.

Acerca do autor do artigo, o “ex-professor de pedagogia e psicologia experimental da Escola Normal de São Paulo” (Oliveira, 2002, p. 143) Pedro Deodato de Moraes, alcançou posições de destaque também na capital a partir da segunda metade dos anos 1920. Tanto assim que, em 1926, integrou a comissão de educadores presidida por Antônio Carneiro Leão que elaborou os *Programas para o Ensino Primário Carioca* (Programas, 1926, p. 182-261); em 1927 tornou-se membro do Conselho Diretor da ABE e, durante a administração Fernando de Azevedo, inspetor escolar (Oliveira, 2002, p. 143).

Iluminar essas palavras que foram veiculadas na edição da revista correspondente aos meses de maio e junho de 1925 implica dizer que se está em contato com um conjunto de concepções educacionais redigido por alguém que, num curto prazo (dois anos, para ser mais preciso), galgaria colocações importantes na arena educacional carioca.

Tais ponderações permitem enfocar essas representações tanto em função de sua circulação em um periódico, o que aponta, por um lado, que a temática abordada se fazia presente nos debates educacionais do período e, por outro, que diferentes apropriações poderiam ser concretizadas a partir desse escrito, quanto pelas possíveis interferências de Deodato de Moraes nos debates educacionais e na forma adquirida pelos *Programas* para as escolas primárias no ano de 1926, em razão de ter sido um dos responsáveis por sua elaboração.

Isso posto, pela leitura do artigo nota-se um conjunto complexo de relações que, de algum modo, remete às aludidas invasões e impregnações. Embora Deodato de Moraes tenha focado, de início, o “congestionamento da cidade”, é ele próprio que pontua que esse acontecimento cotidiano concorria para que “os homens lança[ssem] mão dos recursos os mais variados e às vezes os mais desonestos para viver”. Nesse caminhar,

¹¹ A ABE foi fundada em 15 de outubro de 1924. Para maiores detalhes sobre a atuação dessa associação, ver: Carvalho, 1998.

somente “uma cultura educacional que d[esse] a todos um meio honesto de vida poder[ia] pôr um paradeiro a tão grande despropósito”.

Notam-se, aqui, aspectos que remontam à aproximação dos educadores com as preocupações urbanísticas no período. Afinal, como apregoavam os ditames do urbanismo, a cidade em sua organização passaria a ter “um caráter pedagógico, torna[ndo]-se símbolo por excelência de um tempo de aprendizagem, de internalização de modelos” (Herschmann, Pereira, 1994, p. 27). Essas considerações associavam a reforma do ambiente urbano à remodelação dos comportamentos do meio social.

Sob a perspectiva da impregnação da escola, a tentativa de transformar o cotidiano em laboratório para as experiências educacionais não perdia de horizonte a dimensão educativa da cidade, pelo contrário, a reforçava (Veiga, 2000, p. 403). Dito de outro modo, para que essa dimensão educativa da cidade surtisse as influências ansiadas, era necessário, também, que os elementos do cotidiano tivessem sido explicados nos espaços e tempos escolares.

Harmonização e organização do traçado arquitetônico e do cotidiano social, educação e disciplinamento dos comportamentos e condutas da população: essas eram as preocupações que impulsionavam as aproximações entre a cidade e as escolas no período.

Contudo, ao se falar dessa invasão e impregnação, não se pode deixar à margem a “grande obra” (Kessel, 2001, p. 57) que, ao procurar delimitar as características de uma experiência estética diferente, converteu os momentos de (des)construção em uma dramatização urbana: o desmonte do Morro do Castelo, berço histórico da cidade que havia se transformado em uma das principais e mais populosas áreas de habitação popular. Para tanto, acreditamos, vale acompanhar uma mensagem que foi enviada pela Diretoria Geral de Instrução à Inspetora Escolar do 2º distrito (Santa Rita):

Sra. Inspetora Escolar do 2o. Distrito

Após vossos informes, visitei a escola masculina do 2o. Distrito e verifiquei que, em consequência das nuvens de pó que, constantemente, invadem as salas de classe, do maior prejuízo para a saúde dos discentes e docentes que trabalham no recinto da referida escola, não é possível permitir que ela continue a funcionar. Demais, a freqüência dos alunos, conforme diz a respectiva Diretora, vem decrescendo de dia para dia, não só por essa causa apontada, como também pela retirada de meninos por mudança imposta a muitas famílias que residem na circunvizinhança do Morro do Castelo. Antes do fechamento da escola providenciaremos de maneira a encaminhar para escolas próximas, v. g. Eusébio e Queiros, Ruy Barbosa, etc., aqueles alunos que ainda freqüentam as suas aulas. (O *Diretor Geral*¹², 3 out. 1921, (AGCRJ), código: 34-4-1)

¹² Ernesto Nascimento Silva.

Como se depreende da leitura parece pertinente aproximar o conteúdo dessa mensagem aos aspectos envolvidos na invasão da cidade sobre a escola, neste caso, duas invasões que tiveram como vetor os trabalhos empreendidos para concretizar a grande obra do período. Contudo, torna-se possível ampliar as considerações concernentes às presumíveis interferências das obras de desmonte do Morro do Castelo sobre o cotidiano dos escolares se a essa mensagem da Diretoria forem entrelaçados outros três registros do período.

O primeiro (imagem 3) é uma imagem com mais alguns aspectos do que esteve mobilizado nessa dramatização urbana. O segundo refere-se a uma mensagem que externa a desaprovação do prefeito em relação às formas como foi realizada a vistoria de um prédio danificado por uma “pedra deslocada do Morro do Castelo” e ao valor cogitado para a indenização¹³. O terceiro registro, finalmente, consiste em outra mensagem encaminhada pela administração municipal, em 1924, que recusava o pedido de retirada de um guarda que se encontrava “no encargo de manter a ordem entre os operários que trabalha[vam] no arrasamento do Morro do Castelo”, posto que sua presença na localidade era “considerada imprescindível”¹⁴.

Imagem 3

Máquina empregada no desmonte do Morro do Castelo (1921).



Fonte: Museu da Imagem e do Som (RJ), coleção Augusto Malta.

¹³ (AGCRJ); código: 35-2-15.

¹⁴ (AGCRJ); código: 35-2-27.

Embora envolvidos em especificidades, os três registros guardam em comum circunstâncias passíveis de serem relacionadas às interferências que os trabalhos no Morro do Castelo ocasionariam nos tempos e espaços escolares. Com efeito, ao atentar para a imagem, percebem-se outros componentes que remontam à dramatização urbana que acompanhou o desenvolvimento da grande obra (Kessel, 2001, p. 61). Pela angulação empreendida por Malta¹⁵ à fotografia visualiza-se a dimensão do maquinário utilizado, bem como o emprego do sistema de trilhos e trens para a remoção de lixo e entulho.

A esse quadro devem ser acrescentados os aspectos mencionados nos outros dois registros. Isso porque tanto o imprevisto que ocasionou danos a um prédio quanto a necessidade de um guarda que mantivesse a ordem entre os operários apontam que acidentes e subversões cotidianas também se faziam presentes nos momentos que marcaram a consecução desse empreendimento.

Tais ponderações permitem assinalar que a invasão do Morro em relação às escolas não se esgotava nos problemas gerados pelas nuvens de poeira levantadas, tampouco na mudança forçosa de muitas famílias que habitavam seus arredores, o que fez com que os alunos deixassem de freqüentar o referido estabelecimento do 2º distrito. Passava, também, pelo barulho do funcionamento das máquinas¹⁶ e pela possibilidade de ocorrerem acidentes, assim como por eventuais desordens geradas pelos trabalhadores do desmonte.

Nessa direção, torna-se difícil pensar que o assunto desmonte não constasse nos comentários e bate-papos citadinos. Se assim foi, parece razoável também a afirmação de que esse assunto se faria presente nos tempos e espaços da escola, produzindo interferências nos modos de agir e pensar da comunidade escolar (diretores, inspetores, professores, alunos, serventes, etc.).

Sobre isso, pode-se afirmar que essa invasão da cidade à escola por meio da presença do assunto desmonte contribuiria, também, para o próprio Morro se converter em um tema a ser trabalhado em sala de aula. Isso, efetivamente, se encontrava nos *Programas* para as escolas primárias. Tanto assim que, dentre os conteúdos programáticos da disciplina de História a serem abordados no segundo e terceiro anos, prescrevia-se a “história do Morro do Castello” (*Programas*, 1926, p. 215 e p. 221).

¹⁵ Alagoano, Augusto Malta foi contratado como fotógrafo oficial da Prefeitura da capital carioca em 1903, durante a administração Pereira Passos (1902-1906). Ocupou esse cargo por mais de 30 anos, só se afastando das atividades por conta de sua aposentadoria, em 1936.

¹⁶ (AGCRJ); códigos: 35-3-10; 35-3-15.

Nesse sentido, porque integrantes do conjunto de saberes que seria trabalhado com as crianças, presume-se que os conhecimentos relacionados ao Morro se encontrariam dentro daqueles tópicos passíveis de constarem nos processos avaliativos e promocionais dos alunos.

Haveria mais, no entanto. Tamanha parece ter sido a importância adquirida pelos ensinamentos referentes ao Morro no período que, ainda em 1926, o periódico *A Escola Primária*¹⁷ publicou um artigo tecendo alguns comentários sobre as diretrizes firmadas pelos *Programas* e, de passagem, também mencionou o assunto desmante:

Esta nossa cidade começou no Morro do Castelo, aquele que se está agora pondo abaixo. Mais tarde começou a aglomeração a fazer-se no centro da cidade onde ficam as partes mais antigas, de ruas estreitas, algumas tanto, que nelas mal penetra o sol. Foi há uns vinte anos que avenidas começaram a ser abertas como a Central ou Rio Branco, no tempo do prefeito Passos. [...] A vida tem mudado muito aqui como em toda a parte. [...] Tudo foi melhorando pouco a pouco. (Padilha, 1926, p. 47-48)

Sobre a autora do artigo, professora Celina Padilha, cumpre assinalar que ao longo da década de 1920 foi conquistando prestígio na arena educacional. Tanto assim que, durante a administração Fernando de Azevedo (1927-1930), exerceu o cargo de inspetora escolar e participou da elaboração dos *Programas* para as escolas primárias.

Esses pontos relacionados à trajetória profissional da autora devem ser complementados com outra informação envolvida na publicação desse artigo. Menos de dois meses separaram o lançamento do edital dos *Programas para as escolas primárias*¹⁸ e a veiculação dessas idéias na edição de abril de 1926 da revista *A Escola Primária*.

Nesse caminhar, quer fosse esse artigo fruto de uma encomenda feita à profissional pela Diretoria de Instrução para fazer circular as prescrições educacionais recém-lançadas, quer fosse uma atitude espontânea de Celina Padilha redigir essas impressões, tanto uma quanto outra possibilidade concorrem para se pensar que o assunto desmante ocupava um lugar de destaque no rol das preocupações educacionais do período.

No tocante ao conteúdo, da leitura se depreende que algumas das transformações que modificaram a cidade durante as duas primeiras décadas do século 20 foram pinçadas pela autora e enfocadas a partir de uma escala cronológica, linear e ascendente dos acontecimentos. Assim, por se tratar de recomendações sobre a disciplina de

¹⁷ Dirigida por inspetores escolares, *A Escola Primária* circulava em todo o Brasil desde 1917, com uma tiragem mensal de 20 mil exemplares; contava com o apoio financeiro da Prefeitura, sob forma de subvenção trimestral, e se autoproclamava um instrumento de fomento dos debates educacionais.

¹⁸ Os *Programas* foram publicados no dia 23 de fevereiro de 1926 (*Programas*, 1926, p. 182).

História, pode-se mencionar que um dos objetivos do período era inculcar nos alunos a concepção de que o presente seria o progresso do passado e uma dimensão do futuro.

No caso específico do Morro que, sem maiores delongas, foi referido por Celina Padilha como “aquele que se está agora pondo abaixo”, a tentativa de naturalizar e positivar o desmonte encaminha a discussão para a seguinte questão: por mais contundentes e geradoras de transtornos que fossem as obras no presente, seriam essas etapas necessárias para se chegar até aos benefícios vindouros.

De acordo com as necessidades e exigências sociais, ensinar, inculcar e multiplicar entre a população essa forma de compreender o desmonte do morro e as demais reformas urbanas seria um passo importante para harmonizar e disciplinar o cotidiano da capital. Afinal, muitas das incoerências, golpes e desarranjos sociais do período, como se viu, eram estimulados pelas obras públicas de remodelação e aformoseamento dos espaços urbanos implementadas ao longo das duas primeiras décadas do século 20.

Considerações finais

Como se pode visualizar na imagem, alguns dos atributos concernentes aos tempos e espaços sociais cariocas comentados anteriormente se encontram na perspectiva empreendida por Malta no registro. Nessa direção, em função do olhar construído pelo fotógrafo, podem-se dimensionar algumas circunstâncias que, de certo modo, remetem tanto à “excessiva nervosidade criada pela civilização moderna” e à “intensidade febril da vida moderna”, sublinhadas pelo então diretor da Instrução Fernando de Azevedo (Azevedo, 1958, p. 135 e 174), quanto a “um conjunto bastante caótico, que marca[va] uma falta de harmonia”, enfatizado pelo urbanista Alfred Agache (Agache, 1930, p. 123).

Imagem 4

Esquina da Avenida Rio Branco com a Rua Sete de Setembro (1925).



Fonte: Museu da Imagem e do Som (RJ), Coleção Augusto Malta.

Nervosidade, intensidade febril, bastante caótico. Essas adjetivações guardam em comum o ponto de que a falta de harmonia e a insuficiência no disciplinamento dos usos sociais concorreriam para que o cotidiano fosse marcado por um estado de instabilidade, fazendo com que a capital se convertesse, como ironizava o *Jornal do Brasil*, numa “aglomeração urbana [...] constitu[ída] por uma perigosa colmeia de neurastênicos” (Azurém, 7 de janeiro de 1927).

Ironias à parte, sublinhamos que essas palavras foram veiculadas pelo *Jornal do Brasil*, um periódico que, fundado em 1891, já no ano de 1902 alcançava “uma tiragem extraordinária para a época, chegando a 62.000 exemplares diários” (Fonseca, 2008, p. 31). Esses números possibilitam pensar que as ironias firmadas pelo periódico acerca do caráter neurastênico do ambiente urbano confluíssem para que outras impressões e novas ironias fossem desencadeadas. Isso, sob a lógica governamental, era perigoso.

Corria-se o risco de a população incorporar a concepção de que viver na capital significava, mesmo, estar imerso nessa neurastenia e que, portanto, os acidentes, golpes, assaltos, mortes, trapaças, tumultos, desrespeitos às sinalizações se constituiriam como dimensões intrínsecas à nervosidade do dia a dia ou, por outras palavras, às características da vida moderna carioca.

À vista dessas considerações, infere-se que não foi por acaso a insistência, ao longo dos anos 1920, na necessidade de impingir aos tempos e espaços sociais, de algum modo, a harmonia, o disciplinamento e a organização que lhes faltavam. Afinal, “nas cidades morava o perigo das multidões” (Souza, 1998, p. 92).

Nesse particular, as circunstâncias do viver urbano que foram destacadas pela angulação empreendida por Malta (imagem 4), associadas às considerações anteriores acerca dos moços desocupados, meninos maltrapilhos e esfaimados, ladrões, vendedor ambulante de cocaína, casos de furto e roubo que, igualmente, tiveram como palco a Avenida Rio Branco e seus arredores, tornam-se bastante significativas.

Afinal, indiciam alguns dos desafios que colaboraram para o fortalecimento da certeza de que reformar o traçado arquitetônico implicaria, também, a remodelação das formas de sociabilidade por meio, por exemplo, da articulação das iniciativas de policiamento com as ações de segurança, assistência e educação da população. Isso porque, até nessa área, que fora concebida como o grande palco da modernidade carioca as interações cotidianas e a circulação de pedestres com frequência se distanciavam daqueles ideais de ocupação dos espaços públicos concebidos como adequados.

Não que, ao longo do período, medidas de fiscalização intentando ordenar o fluxo intenso, de veículos e transeuntes, não tenham sido empreendidas. Pelo contrário, “a década de 1920 presenciou o crescimento do controle policial do tráfego” (Bretas, 1997, p. 64), posto que “nas ruas e calçadas, multidões de pessoas, automóveis e bondes precisavam ser educados por guardas, para que não se destruíssem uns aos outros nas inúmeras esquinas” (Moraes, 1994, p. 67).

Nesse ponto, é significativo que o desenrolar dos anos 1920 tenha sido marcado pelo fortalecimento da certeza de que, para a necessidade de organizar, disciplinar e harmonizar o cotidiano social, apenas o incremento dos aparatos de vigília e controle era insuficiente. Pelas características da capital, tornava-se indispensável inculcar nos habitantes a concepção de que o respeito às normas e regras não deveria estar diretamente vinculado à atuação de instâncias governamentais de fiscalização, ou seja, que a obediência fosse desencadeada somente pelo receio das possíveis penalidades.

O grande desafio era fazer com que os cariocas acatassem as regras e normas estabelecidas, mas, fundamentalmente, que acreditassem que seu cumprimento acarretaria, de algum modo, benefícios para a coletividade e para sua vida.

Foi, justamente, em função desse investimento que as luzes se voltaram para o entrelaçamento das iniciativas de policiamento com as ações de segurança, assistência e educação da população. Essas modalidades de intervenção social integrariam

estrategicamente o rearranjo dos componentes arquitetônicos com a remodelação dos comportamentos e costumes da população, contribuindo, assim, para a conformação da paisagem urbana carioca.

Referências

AGACHE, Alfred Hubert Donat. *Cidade do Rio de Janeiro, extensão, remodelação, embelezamento*. Organização projetada pela administração Antônio Prado Júnior. Sob a direção geral de Alfred Agache. Trad. Francesa de Souza. Paris: Foyer Brésilien, 1930.

AZEVEDO, Fernando de. *Novos caminhos e novos fins: a nova política de educação no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

ALVIM, Alfredo Cesario. A educação nacional: aspectos femininos (conferência da série promovida pelo Curso Jacobina, realizada no Salão do Jornal do Commercio, em 16-9-1920). *A Escola Primária*, ano 4, n. 7-10, ago./nov. 1920.

AZURÉM, Júlio de. Tópicos da cidade. *Jornal do Brasil*. RJ, 7 jan. 1927.

DEODATO DE MORAES. Rumo Novo. *A Educação*. RJ, ano IV, n. 5- 6, vol. 10, maio/jun. 1925.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde nacional e fôrma cívica: história, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista: Edusf; São Paulo: Fapesp, 1998.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. São Paulo: Unicamp, 2000.

FONSECA, Letícia Pedruce. *A construção visual do Jornal do Brasil na primeira metade do século 20*. Rio de Janeiro: PUCRio, 2008. 214f. Dissertação (Mestrado em Artes e Design). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

FONSECA, Marcos Luiz Bretas da. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FUTATA, Marli Delmônico de Araújo. *Imprensa e educação: Pierre Plancher e a ação político-educativa do Jornal do Commercio no final do Primeiro Reinado (1827-1832)*. Maringá: UEM, 2008. 141f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá.

HERSCHMANN, Micael Maiolino; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (orgs.). *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural/Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade - protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Uerj, 1996.

MORAES, José Geraldo Vinci de. *Cidade e cultura urbana na Primeira República*. São Paulo: Atual, 1994.

NUNES, Clarice. A escola reinventa a Cidade. In: HERSCHMANN, Micael Maiolino; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (orgs.). *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 180-201.

- OLIVEIRA, Carmen Lucia Montechi Valladares de. Os primeiros tempos da psicanálise no Brasil e as teses pansexualistas na educação. *Ágora* v. 5, n. 1, jan./jun. 2002, p. 133-154.
- PAULILO, André Luís. *Reforma educacional e sistema público de ensino no Distrito Federal na década de 1920: tensões, cesuras e conflitos em torno da educação popular*. São Paulo: USP, 2001. 235f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- REIS, José de Oliveira. *O Rio de Janeiro e os seus prefeitos: evolução urbanística*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Planejamento, 1977.
- RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.
- ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986.
- SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- SILVA, Maria de Lourdes da. *Drogas - da medicina à repressão policial: a cidade do Rio de Janeiro entre 1921 e 1945*. Rio de Janeiro: Uerj, 2009. 296f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- SOOMA SILVA, José Cláudio. *Teatros da modernidade: representações de cidade e escola primária no Rio de Janeiro e em Buenos Aires nos anos 1920*. Rio de Janeiro: Uerj, 2009. 308f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Unesp, 1998.
- STUCKENBRUCK, Denise Cabral. *O Rio de Janeiro em questão: o plano Agache e o ideário reformista dos anos 20*. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas/Ippur/Fase, 1996.
- SÜSSEKIND, Flora. *As revistas de ano e a invenção do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.
- VEIGA, Cynthia Greive. Educação estética para o povo. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 399-422.

Periódicos

A capital e os ladrões. *Jornal do Brasil*, RJ, 14 maio 1927.

Programas para o Ensino Primário Carioca. In: Boletim da Prefeitura do Distrito Federal (RJ) - publicado pela Secretaria do Gabinete do Prefeito. Rio de Janeiro: Oficinas Graphics do Jornal do Brasil; jan./dez. 1926.

Écos e Novidades. *A Noite*, ano 12, n. 3.864. RJ, 5 set. 1922.

Fomentando o progresso architectonico da cidade. *A Noite*, ano 12, n. 3.862, Edição Extraordinária. RJ, 4 set. 1922.

O Rio, jardim da infância delinqüente! Centenas de meninos entregues à mendicidade e ao crime. *Gazeta de Notícias*, RJ, 12 jul. 1920.

O Tráfego. *Revista da Semana*. RJ, n. 22, 21 maio 1927.

PADILHA, Celina. História e Geografia = História 2º ano; 1ª parte [Recomendação] Palestra com os alunos acerca do nosso sistema atual de alimentação, vestuário, habitação, transporte, em comparação com o antigo. In: *A Escola Primária*. RJ, ano 10; n. 1, mar. 1926, p. 18-19.

[s. autor]. [s. título]. *Jornal do Commercio*. RJ, 17 set. 1921.

[s. autor]. [s. título]. *Gazeta de Notícias*. RJ, 1 jan. 1927.

[s. autor]. [s. título]. *Revista da Semana*, RJ, 18 fev. 1928.

JOSÉ CLÁUDIO SOOMA SILVA é professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

Endereço: Rua dos Artistas, 50/404 - 20511-130 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

Email: claudiosooma@gmail.com.

IRMA RIZZINI é professora na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

Endereço: Rua D. Maria, 71, bloco 2, 1301 - 20541-030 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

E-mail: irma.rizzini@gmail.com.

MARIA DE LOURDES SILVA é professora adjunta de História da Educação na Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Uerj.

Endereço: Av. Geremário Dantas, 466/203 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

E-mail: lullua2@yahoo.com.br.

Recebido em 10 de março de 2012.

Aceito em 1º de junho de 2012.